46º Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito - CMTT

Data: 22/08/2019

Hora: 09h

Local: Rua Barão de Itapetininga, 18 – térreo.

Antonio – compõe a mesa e inicia a reunião informando sobre a assinatura do decreto de regulamentação do serviço de compartilhamento de patinetes no dia 09 de agosto de 2019, previsto uma empresa já credenciada e outras quatro em fase final para credenciamento.

Angela – faz apresentação sobre o treinamento de 40 horas, elaborado pela SPTrans, em parceiria com empresas terceirizadas e oferecido aos operadores de transportes coletivos, a fim de entregar um serviço de qualidade aos munícipes. Os conteúdos ministrados abordam temáticas comportamentais, significado do papel de operador no transporte da cidade, código de trânsito, reclamações, segurança viária, postura profissional, atendimento, acessibilidade, mobilidade urbana, entre outros.

Paulo – questiona o quanto essas ações representaram na melhora para a população? Comenta ter observado motoristas que não param para deficientes físicos ou costumam parar longe da calçada, dificultando a entrada de idosos no transporte.

Angela – diz que São Paulo é uma cidade grande e existem diversos fatores a serem analisados, argumenta que muitas vezes os erros dos motoristas em parar longe da calçada é ocasionado por conta de carros estacionados no ponto de ônibus.

Sandra – questiona se existe uma avaliação psicológica e de caráter do motorista na hora da sua contratação? Alega que muitos operadores têm preconceito com deficientes físicios, tendo uma visão de que só atrapalham e dão mais trabalho a eles. Aproveita para criticar o formato do curso de reciclagem, que acontece como forma de punição aos operadores denunciados e posteriormente, gera uma experiência negativa pro usuário quando o operador volta a atuar e fica com raiva de quem os denunciou. Também questiona como é feita a auditoria nas empresas terceirizadas para avaliar se o treinamento está sendo eficiente?

Angela – esclarece que são vários processos até a contratação, inclusive a avaliação psicológica, com intenção de medir a tendência de perfil. Entretanto, é impossível mapear nível de caráter nas avaliações. Em relação à reciclagem, diz estarem disvinculando a conotação punitiva, desejam demonstrar que o treinamento visa buscar a solução junto aos operadores. Sobre o processo de

auditoria, informa que a equipe da SPTrans visita à empresa e confere de acordo com o cronograma se está ocorrendo conforme o informado pelo RH e avaliam a forma de didádica implantada para checar se está de acordo com o planejado.

Mity – questiona se houve queda no número de acidentes após a aplicação do treinamento e como acontece o treinamento aos motoristas quando há mudança de rota e pontos de ônibus?

Angela – esclarece que o treinamento é apenas uma das ações para melhorar a qualidade do serviço e segurança, e por este motivo não é possível ter essa métrica em relação aos acidentes. Sobre a mudança de rotas, é passado para os RHs das empresas, que repassam a informação para os operadores para estarem orientados na hora de prestar o serviço.

Nikéias – questiona se também há treinamento para os fiscais que atuam nos terminais de ônibus? Aponta mortes que ocorreram dentro do terminal São Mateus e Pq. Dom Pedro e frisa necessidade de um treinamento mais aprofundado para operadores e fiscais atuantes nos terminais.

Angela – reforça a questão dos acidentes como um problema mais complexo que não depende somente dos treinamentos, mas registra as sugestões dadas para melhora dentro dos terminais urbanos.

Rafael – faz apresentação sobre as alterações da prefeitura no decreto de transporte referente a diminuição do número de integração e aumento na tarifa. Segundo ele, houve falta de estudo no impacto dessas medidas e aponta alguns problemas da decisão:

- A mudança da integração foi anunciada sete dias antes do início da mudança, resultando em tempo insuficiente para os RHs das organizações adequarem a remuneração do vale-transporte;
- A diminuição do número de integração afeta os usuários de baixa renda e residentes em locais periféricos;
- Desgaste físico da população que tem substituído seus trajetos por trajetos mais longos, mas que possibilitam a utilizar da integração;
- Algumas linhas repentinamente ficaram saturadas por conta das alterações de trajetos;
- Integração nas linhas do metrô caíram;
- A SMT tem cobrado uma tarifa diferente das empresas;

Finaliza a apresentação comentando sobre o deficit do sistema de transportes. Considera ineficaz aumentar a passagem e impor cortes para cobrir o deficit, pois é uma medida insustentável que cria um círculo vicioso, em que a passagem aumenta, com isso perdem passageiros, e com baixo retorno financeiro é necessário aumentar a passagem novamente, e desta forma, o problema acaba não sendo solucionado. Sugere encontrar outras fontes de recursos estáveis para a manutenção do sistema, como venda de espaço para publicidade nos ônibus, porcentagem da arrecadação de multas, cobrança de taxa aos aplicativos de transporte privado.

Nikeias – aponta como as medidas do decreto atrapalham a população que reside em locais mais afastados e periféricos na procura de emprego, pois exigirá do empregador um custo maior de vale-transporte.

Thiago – apesar de o conselho não ser deliberativo e sim consultivo, indica que os conselheiros deveriam tomar posicionamento nas questões debatidas sobre as alterações no decreto. Solicita a prefeitura um estudo para criar um fundo municipal de mobilidade, que pode ser subsidiado por dinheiro de multas, ou tarifa as empresas de aplicativo, para investir na mobilidade urbana.

Mauro – aponta falta de debate nas reuniões da câmara temática por falta de posicionamento da prefeitura sobre os temas discutidos.

? - solicita um representante da prefeitura para fazer um contra ponto nos debates nas próximas reuniões.

Antonio – diz que será providenciado um representante.

Thiago – pede aos conselheiros presentes para que votem em um posicionamento em relação à mudança da prefeitura na tarifa e diminuição do número de integrações do vale-transporte.

Fica decido pela votação que os conselheiros são contra as alterações no decreto de transportes.

Antonio – Finaliza reunião.